ATA N.º 8/2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA 01 DE MARÇO DE 2021

Ao primeiro dia do mês de março do ano dois mil e vinte e um, nesta cidade de Peniche, por
videoconferência, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista
Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Vice-Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro
Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves
e Jorge Serafim Silva Abrantes, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de
Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:
1.º - Período de intervenção do público
2.º - Período de antes da ordem do dia
3.° - Ordem do dia:
<u>Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:</u>
1) Reserva Ecológica Nacional Bruta (REN), no âmbito da Revisão do Plano
Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;
2) Unidade de Execução para as instalações do posto territorial da GNR de Peniche, em Atouguia da Baleia – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;
3) Pedido de licenciamento para alterações ao projeto inicial, a realizar no prédic
sito na Rua do Moinho, nos Casais de Mestre Mendo, apresentado em nome de Mário Fernando
Henriques Honorato – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;
4) Pedido de licenciamento para construção de moradia, anexo, piscina e muro de
vedação confinante com a via publica, a realizar no prédio sito na Estrada dos Remédios, em
Peniche, apresentado em nome de José Filipe Chorincas Maia - Pelouro do Planeamento e
Urbanismo;
5) Pedido de licenciamento para alteração de fachada, para o prédio sito na
Avenida do Mar, em Peniche, apresentado em nome de Berlengoest, Atividades Marítimo
Turísticas, L.da – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;
6) Pedido de licenciamento para demolição do existente, para o prédio sito na Rua
1.º de Dezembro, n.º 54, em Peniche, apresentado em nome de Simon Gonçalves - Pelouro do
Planeamento e Urbanismo;
7) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar e muro de
vedação, a realizar no prédio sito na Rua do Cruzeiro - Arneiro, em Carnide, apresentado em nome
de Filomena Damil Ferreira - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;
8) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar, garagem e
muros de vedação, a realizar no prédio sito na Rua 25 de Abril, em Atouguia da Baleia, apresentado
em nome de Luis Manuel Jesus Silva - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;
9) Pedido de licenciamento para construção de uma moradia unifamiliar e muros
de vedação, a realizar no prédio sito em "Mato dos Barros" - Rua Casal da Cruz, em Atouguia da
Baleia, apresentado em nome de Duarte Nuno de Jesus Silva - Pelouro do Planeamento e
Urbanismo;
10) Pedido de licenciamento para alteração de moradia unifamiliar para
bifamiliar, a realizar no prédio sito na Rua Nossa Senhora de Fátima, n.º 56, em Ferrel, apresentado
em nome de Porfírio Fernando Lopes - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;
11) Pedido de licenciamento para edificação de moradia unifamiliar e muros, a
realizar no prédio sito na Rua de Baixo, no Lugar da Estrada, apresentado em nome de José
António Dalgado Gragório Palouro do Planagmento a Urbanismo:

12) Estudo de Requalificação da envolvente à praia da Gamboa, em Peniche -
Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística;
<u>Divisão de Obras Municipais:</u>
13) Empreitada de "Requalificação do Forte da Consolação", em Atouguia da
Baleia – Suspensão parcial dos trabalhos n.º 2 (Processo 445.B/OM) – Pelouro das Obras
Municipais;
14) Empreitada de "Requalificação do Forte da Consolação", em Atouguia da
Baleia – Aprovação dos trabalhos a mais n.º 2 (Processo 445.B/OM) - Pelouro das Obras
Municipais;15) Empreitada de "Requalificação do Forte da Consolação", em Atouguia da
Baleia – Suspensão parcial dos trabalhos n.º 3 (Processo 445.B/OM) – Pelouro das Obras Municipais;
16) Divisão em regime de propriedade horizontal de um edifício, sito na Travessa
da Liberdade, n.º 6, em Ferrel, requerida por Fernando José Faria Ferreira – Pelouro das Obras
Municipais;
Intervenção social:
17) Atribuição de talhões de cultivo da horta comunitária de Peniche para o ano
de 2021 – Pelouro da Solidariedade Social;
18) Atribuição de talhões de cultivo da horta comunitária de Peniche para o ano
de 2021 (Fase II) – Pelouro da Solidariedade Social;
19) Definição do valor da renda, relativa ao fogo sito no Bairro do Calvário, n.º
29, em Peniche – Pelouro da Solidariedade Social;
Educação:
20) Informação sobre os refeitórios das escolas, EB de Atouguia da Baleia, EB D. Luís de Ataíde, em Peniche e EB de Peniche – Pelouro da Educação;
21) Arrendamento de um imóvel, destinado a comércio, sito no Parque Municipal
de Campismo e Caravanismo – Pelouro da Administração Geral;
22) Alienação de uma parcela de terreno, sita no Beco de São José, em Peniche –
Pelouro da Administração Geral;
Aquisição de bens e serviços:
23) Aquisição de duas viaturas pesadas de mercadorias – Pelouro da
Administração Geral;
<u>Apoios diversos:</u>
24) Atribuição de apoio à Freguesia de Atouguia da Baleia, para aquisição de uma
viatura – Pelouro de Ligação às Freguesias – Corrigido para: Atribuição de apoio à Freguesia de
Peniche, para aquisição de uma viatura – Pelouro de Ligação às Freguesias;
25) Atribuição de apoio à Freguesia de Atouguia da Baleia, para aquisição de uma
viatura de cabine dupla – Pelouro de Ligação às Freguesias;Diversos;Diversos;
26) AGEO – Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 - Pelouro da
Cultura
4.° - Aprovação da minuta da ata
A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e quarenta minutos, encontrando-se
na sala seis dos sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche.
A reunião foi interrompida entre as treze horas e cinco minutos e as catorze horas e trinta minutos.
Estiveram presentes os senhores: Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração
e Finanças, durante toda a reunião, Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, durante o
período de antes da ordem do dia, Paula Lavado, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão

Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos um a onze da ordem do dia, e David Gonçalves, Técnico Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação do ponto doze da ordem do dia. -----

RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE:

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não se registaram quaisquer intervenções.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: ------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Informou que a obra da 2ª fase de requalificação do fosso, terá início no dia 2 de março e que, inclusive a empresa que a vai executar, já tinha iniciado a instalação dos estaleiros. ------
- Afirmou que a obra de estabilização da Arriba do Porto de Areia Sul terá início, em princípio, na próxima semana e que se estava a aguardar informações sobre a reabilitação das muralhas. ------

Senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga:

- Informou que, no âmbito da Cultura em Rede, a candidatura elaborada em conjunto com Tomar, Leiria e Torres Novas, intitulada de "Cinebanda", foi aprovada com uma condicionante que rapidamente se resolverá.

Senhor Vereador Mark Ministro:

Senhor Vereador Filipe Sales:

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Relativamente ao Plano Diretor Municipal, garantiu que se estava ciente do prazo do contrato. Deu conta que, na ordem de trabalhos, havia um ponto que tinha a ver com a Reserva Ecológica Nacional, que condicionou a definição do cronograma, e à medida em que se for evoluindo, os documentos serão entregues aos senhores Vereadores para aprofundar a discussão. Como já referiu

Senhor Vereador Filipe Sales:

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Referiu que, na sequência da intervenção do senhor Vereador Filipe Sales sobre o ordenamento do território e do Plano Diretor Municipal, gostaria de lembrar que havia situações que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha assumido que seria a própria equipa técnica a tratar, concretamente aquilo que são os trabalhos acessórios como, por exemplo, a questão das áreas de reabilitação urbana, a articulação com os devidos planos estratégicos, ou até, um estudo de mobilidade e transportes que todos salientámos ser necessário para resolver questões do próprio Plano Diretor Municipal. Disse que, na prática, o que se vê atualmente é que, se não conseguimos cumprir com o Plano Diretor Municipal, também não conseguiremos cumprir com estas áreas, e que estas áreas até podiam ter sido perspetivadas e projetadas sem as associarmos à mesma equipa ou ao Plano Diretor Municipal. Poderia existir, neste momento, uma área de reabilitação urbana em Atouguia da Baleia, tal como existe em Peniche, ou poderia existir em funcionamento no município um gabinete próprio para tratar estas matérias que permitisse, de certa forma, que as pessoas acedessem aos apoios fiscais previsto para as áreas de reabilitação urbana o que incentivaria possíveis investidores no Concelho, nomeadamente privados, mas, também, empresas na área do turismo que querem fazer os seus investimos e perspetivar o futuro porque, apesar de, nesta fase, estarmos com grandes problemas económicos no país, a área da construção, dos projetos, a área do investimento imobiliário não tem parado e, como tal, é uma área em que existe procura. Referiu que lhe tem sido transmitido que, junto da Câmara Municipal, se têm deparado

com grandes dificuldades em viabilizar projetos, aprovar projetos, ter acesso a programas de isenções fiscais, programas de apoios para reabilitação nestas áreas e, na sua opinião, nestes últimos três anos perdeu-se demasiado tempo. O Município tinha que ter uma atitude mais proativa naquelas matérias e tinha que monitorizar mais e procurar dar a informação necessária, de forma clara e inequívoca, para que as pessoas pudessem aceder a esses instrumentos. Relativamente à monitorização disse que não se pode ficar satisfeito com os valores que existem de edificado reabilitado, quando se continua a ver o centro histórico de Peniche com muita preocupação desse ponto de vista, quando se continua a ver o centro histórico de Atouguia da Baleia sem qualquer apoio naquela matéria, sendo evidente a degradação em que se encontram alguns edifícios, deixando claro que, se o Município não adotar uma estratégia, aqueles centros históricos não vão sobreviver. Afirmou que, na prática, se encontram preocupados com esta situação, mas também estão preocupados com o facto de, a Câmara Municipal, não dar resposta no tempo certo a projetos. Afirmou que o senhor Presidente da Câmara tem dito que estamos muito melhor e que o "no paper" veio resolver a situação, mas o certo é que resolvem algumas coisas, podemos estar a cumprir com os prazos de alguns projetos que entram através dessa plataforma, mas todos os outros que estavam parados, e são muitos, como por exemplos pedidos de informação prévia, em que a lei diz que a Câmara Municipal tem um mês para os apreciar e decidir, na verdade, demoram um ano e meio, situação que caracterizou como castradora. Disse que as pessoas já não querem investir em Peniche, tendo em conta as dificuldades que encontram quando se deparam com a entrega de um projeto, um estudo prévio simples ou mesmo um projeto de licenciamento, manifestando aquela preocupação em, seu nome pessoal e em nome do Partido Social Democrata. Disse que o que está a ser feito não é suficiente, até porque a imagem externa do município naquela matéria é má, sendo necessário agir e fazer alguma coisa para melhorar a situação. Referiu que outra das grandes preocupações que tinha, e que gostaria que fosse discutida em reunião de Câmara, do Plano Diretor Municipal, era a questão das áreas de génese ilegal, como por exemplo, a área do Bairro do Visconde que, como se sabe, era uma área especial e deveria ser tratada de forma especial, mas que, à data, não existia nenhum instrumento de gestão que permitisse dar condições de legalizar determinadas situações que existem naquele local e, acrescentou que o Programa da Orla Costeira não veio resolver a questão, ainda que tivesse resolvido algumas. Não resolveu todas, defendendo que, se existisse um Plano Diretor Municipal eficaz, com medidas eficazes que, associadas ao Programa da Orla Costeira poderia possibilitar dar mais condições para a regularização daquelas áreas, porque há pessoas que sofrem com aquela situação, têm ali propriedades, casas, algumas alteradas e, na verdade, não as conseguindo legalizar, ou pelo menos adaptar para que depois possam ser legalizadas, nunca as conseguirão transacionar e o Município tinha de estar consciente daquela situação e perceber que era difícil viabilizar alguma coisa naquela zona, apenas com os instrumentos que existem. Afirmou que se passaram quatro anos desde que se falou daquela matéria e nada foi feito, que era castrador caminharmos para o fim do mandato e não ver soluções. Sobre os transportes, deu a conhecer que lhe têm chegado algumas reclamações e considerou que o Município não está a conseguir dar resposta. Referiu que se trata de uma questão cada vez mais atual, sendo necessário criar uma rede rodoviária com condições no concelho, um documento estratégico, como por exemplo o Plano Estratégico, a Carta Educativa, porque se estava a tentar acabar um Plano Diretor Municipal sem que existisse um único Plano Estratégico terminado o que era demonstrativo de que, aquilo que se irá fazer no Plano Diretor. não vai servir, porque, depois de termos os Planos Estratégicos, será natural que tenhamos que vir a adaptar o PDM, mas relembrou todos que, depois do Plano Diretor Municipal ser aprovado, não o poderão alterar nos três anos seguintes, o que será uma preocupação. ------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Agradeceu a intervenção da senhora Vereadora Cristina Leitão. Disse que, na avaliação que se

estava a efetuar, estava a ser tido em conta algumas intenções de alterações que, na generalidade, se têm vindo a defender, nomeadamente, a questão do alargamento das áreas da ARU, dentro da cidade e também na Atouguia da Baleia, mas que estariam a ser ponderadas e avaliadas outras. Referiu que não podia afirmar que seria a mesma equipa a desenvolver aquele objetivo, porque não se poderá prejudicar o processo do Plano Diretor Municipal em função dos outros objetivos. Exemplificou com o estudo sobre a mobilidade efetuado há uns anos, que deverá ser aprofundado e melhorado. Disse que, sem se querer desculpabilizar, as circunstâncias das chefias de divisão prejudicaram um pouco as preocupações da Câmara, levaram à existência de alguma incapacidade de reação em função do que se pretendia. Disse que se deveria efetivamente melhorar a proximidade, as respostas aos que nos procuram no âmbito da reabilitação urbana, da mesma forma como se fez com o Gabinete de Apoio às Empresas. Afirmou que será esse o propósito, terminar a reestruturação da DPGU, criando naquele setor técnico, outras valências, outras capacidades sendo necessário fazer alterações, terá de ser feita essa análise, a qual poderá ser efetuada no âmbito do organograma, onde poderemos, mesmo sem o propósito de o aprovar no imediato, mas para que se possa discutir algumas ideias, adiantar trabalho para o futuro. ------ Manifestou a sua total discordância para com a análise da senhora Vereadora Cristina Leitão sobre o funcionamento da DPGU e sobre os resultados que se têm obtido ultimamente, uma vez que lhe tem sido reportado exatamente o contrário. Reiterou ser verdade que, tanto os investidores como os gabinetes de projetos, continuam a manifestar interesse, procuram soluções e o diálogo quando certas coisas perecem tecnicamente inultrapassáveis, mas que se tem procurado criar sinergias no sentido de arranjar soluções. Transmitiu que existirão brevemente novidades, algumas experiências muito positivas, inclusive de alguns projetos que foram chumbados há algum tempo, mas que, com base no diálogo e no incentivo da procura por novas soluções, se conseguiu ultrapassar, porque as pessoas conseguiram desenvolver aquilo que a Câmara Municipal não conseguiu em termos técnicos e também políticos. Comunicou que contava que a DPGU pudesse, em breve, trazer a avaliação, tanto dos projetos "no paper", como também dos projetos submetidos antes da nova plataforma digital. Afirmou que tem pressionado muito a chefe de divisão para que, aquele balanço, fosse feito o mais rapidamente possível até porque considerava que existiam muitos equívocos. Há processos que estão atrasados sem que a responsabilidade seja da Câmara Municipal, processos que esperam junções dos privados ou de simples informação sobre o que é pretendido. Solicitou que se aguarde com serenidade e salientou que não disse que está tudo bem, nem tudo bem resolvido, nem tão pouco que o comboio está em alta velocidade, mas que, felizmente, as alterações que se estão a concretizar nalguns setores são para bem das pessoas que querem investir ou ver os seus problemas resolvidos e, também, para bem do município. Afirmou que, cada vez mais, entende que, grande parte do desenvolvimento do concelho estará relacionado com o que se consegue, ou não, fazer dentro da Câmara Municipal, com as sensibilidades dos autarcas porque o Município terá, naturalmente, que ser o motor, algo que, na sua opinião, julgava não ser necessário em determinados momentos. Confessou que esperava que um dia deixasse de ser assim, mas que, até lá, tínhamos de fazer a nossa parte para que também os investidores possam fazer a deles. Afirmou não se recordar da senhora Vereadora Cristina Leitão ter expressado anteriormente e de forma tão clara a sua preocupação sobre a génese ilegal do Bairro do Visconde, porque era exatamente a mesma preocupação que tinha, que não é da área. Disse que achava que se devia criar um plano que possa diferenciar o Visconde, porque aquele Bairro era um dos lugares mais emblemáticos da cidade e que, ainda que todos tenham consciência que existem ali um conjunto de situações, algumas abusivas, de alterações das suas habitações, não querendo criar expectativas de conseguem regularizar todas as alterações feitas, será esse o caminho. Concordou que se elabore um regulamento para aquela área tão especial, como se poderá elaborar para outras áreas, de forma a regularizar aquilo que for possível. Disse que para a área do Visconde, em concreto, deverá fazer parte desse plano o propósito de a Câmara

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Em relação à questão do Bairro do Visconde, afirmou que não era a primeira vez que falava das áreas de génese ilegal e da necessidade de as resolver, mas que, se calhar, nunca tinha especificado concretamente a área do Visconde. Disse que aquela situação era mais importante de resolver atualmente do que era no passado porque durante anos foi dito pelos serviços à Câmara Municipal que a área do Visconde ia estar resolvida a partir do momento que o Programa da Orla Costeira estivesse aprovado, que os próprios serviços vieram dizer que assim que o Programa da Orla Costeira estivesse aprovado, as situações no Visconde seriam regularizadas. Contudo, tal não se verificou, o Programa da Orla Costeira entrou em vigor, as pessoas apresentaram projetos e a Câmara chegou à conclusão de que as ampliações não podiam acontecer, porque a partir do momento em que o Programa da Orla Costeira diz que não pode haver ampliações, o que lá está feito, que foi feito há muitos anos e que foram ampliações de construções originais, não podem ser legalizadas e, como tal, aquela questão não se resolveu com o Programa da Orla Costeira e, por isso, era necessário centrar a atenção para um outro instrumento de gestão que o venha resolver, e de forma prática, se a Câmara Municipal no Plano Diretor Municipal definir para a área do Visconde aquilo que se chama uma AUGI - Área Urbana de Génese Ilegal, o Programa de Orla Costeira tem regimes excecionais.-----
- Relativamente à questão dos processos, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que estamos no bom caminho no que toca aos processos e à tramitação processual e, salientando o que referiu na sua intervenção, relativamente ao "no paper", se calhar, até se está a conseguir cumprir os prazos, mas relativamente aos outros processos, os prazos não estão de todo a ser cumpridos. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se sabia que o Município tem oito dias úteis para pedir peças num processo de obras, mas que, em média, o gabinete de saneamento leva quatro

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Relativamente à resposta que o senhor Presidente da Câmara Municipal deu à senhora Vereadora Cristina Leitão, na qual falou sobre as chefias de divisão e disse que o senhor Presidente certamente

- Transmitiu que aguardava a informação que o senhor Presidente da Câmara Municipal ficou de prestar sobre a situação da vistoria do cemitério de Ferrel, bem como da questão dos asfaltamentos em Ferrel durante o período 2018 2020, da informação sobre o processo de inquérito do Setor da Educação, o regulamento municipal dos horários dos estabelecimentos comerciais e a possibilidade da Dra. Ana Cláudia Guedes participar numa reunião por videoconferência ou presencial.

- Transmitiu que recebeu um email da Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Boa Viagem em que solicitava uma reunião com a Câmara Municipal a fim de tomarem algumas decisões para o próximo verão sobre a festa e a forma como as coisas poderão decorrer, disse que

levantava a questão para que a reunião pudesse ser agendada.-----

- Propôs que a partir do próximo dia 15 de março as reuniões de Câmara passassem a ser presenciais, porque, uma vez que a situação do Covid-19 está a aliviar, era importante passar uma mensagem positiva às pessoas. Referiu que a Assembleia Municipal decorreu de forma presencial, pelo que, na sua opinião, também a reunião de Câmara poderá ser presencial.-------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Concordou que deverá ter havido um lapso relativamente ao envio das condolências à família do trabalhador Vítor Clara e que será devidamente corrigido. -----
- Informou que os pedidos pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves via email no dia anterior foram reencaminhados para os serviços, para que as informações sejam prestadas aos senhores Vereadores. ------
- Em relação à situação de São Bernardino, disse que como poderiam imaginar, não conseguia ainda ter resposta para um email que lhe foi enviado na noite anterior. Deu conta que o reencaminhou e solicitou informações de modo a verificar se existirá algum problema de licenciamento interno, o que poderá ter acontecido, a fim de se corrigir. ------
- Relativamente ao Edital que o senhor Vereador referiu, disse que a DPGU foi efetivamente um setor afetado pela Covid-19. Quando a senhora Vereadora Cristina Leitão chamou à atenção para o facto de que as pessoas não atendiam o telefone, os serviços foram chamados à atenção e ainda que nada seja perfeito, o serviço foi melhorado e está a procurar-se, dentro da medida do possível, que as pessoas que continuam a preferir tratar dos processos em papel o consigam fazer, tanto que tem havido muitas reuniões por videoconferência, mas também, algumas presenciais.

Afirmou que se esperava que, muito brevemente, algumas das divisões, e concretamente a DPGU, possam voltar a trabalhar com normalidade. -----

- Em relação aos asfaltamentos de Ferrel, referiu que tem praticamente a certeza de que houve um erro em termos do que foi publicado e garantiu que irá ser corrigido, assumiu que, assim que for possível, será feita a correção e pediu desculpa pelo atraso. Relativamente às outras questões que colocou como a questão do inquérito do Setor da Educação, disse que esperava que aquele assunto pudesse vir à próxima reunião de Câmara. Em relação ao regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais garantiu que o assunto será agendado para breve

e que a Dra. Ana Cláudia Guedes já foi contactada. Sobre a Nau dos Corvos, disse que irá ter em atenção o que o senhor Vereador Jorge Gonçalves referiu e acrescentou que o propósito é o de realizar a avaliação técnica, em termos de projeto, do que pode ser feito, para que depois a proposta seja presente em reunião de Câmara. Sobre o concurso do Taskareia o processo está pronto para vir a reunião de Câmara e virá, entretanto. Disse que acreditava que os senhores Vereadores vão entender a proposta como uma proposta de bom senso para o momento que se vive, porque, tal como o senhor Vereador Jorge Gonçalves afirmou, quando ninguém concorreu, considerou que era necessário mudar as condições do concurso. Em relação à transferência de competências, disse que a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Peniche reagiu como entendeu que devia de reagir e que as circunstâncias são como são. Afirmou que não é comparável a situação da responsabilidade destes polidesportivos com os outros, mas garantiu que aquela análise será feita e não haverá necessidade de precipitação, porque a Câmara Municipal teria tempo para decidir e aguardar a avaliação feita, ou não, pela Junta de Freguesia de Peniche.------ Sobre o pedido de reunião da Comissão de Festas da Nossa Senhora da Boa Viagem, disse estar a aguardar o início do desconfinamento para que se agende a reunião, porque não lhe agradava que fosse por videoconferência. ------- Concordou com a proposta do senhor Vereador Jorge Gonçalves para que, a partir do dia 15 de março, as reuniões de Câmara passem a ser presenciais. ------ Disse que, sobre o processo da Rip Surf houve um atraso, referiu que, possivelmente uma parte desse atraso será da sua responsabilidade, porque, por não ter segurança, pediu opiniões isto porque as dúvidas que o senhor vereador Jorge Gonçalves colocou na reunião eram partilhadas por si e por outras pessoas, sendo que solicitou que fosse avaliado com profundidade, com mais rigor e sem facilitismos.

Senhor Vereador Jorge Abrantes:

- Saudou todos os participantes e agradeceu todas as respostas e esclarecimentos prestados. -----
- Informou que tinha apenas uma questão a colocar relacionada com o facto de ser o dia em que terminava o período de consulta pública do Plano de Recuperação e Resiliência que o Governo apresentou. Afirmou que, na sua opinião, os Municípios são muito pouco referidos neste plano, em termos do seu papel naquele Programa em consulta pública, referindo-se nomeadamente ao capítulo respeitante à Habitação Social, ao programa de apoio ao acesso à habitação, um programa com uma dotação financeira muito elevada, cerca de mil e seiscentos milhões de euros, uma parte muito relevante do pacote que o programa integra. Disse que gostaria de saber se, a nível local ou regional, o Município de Peniche integrou alguma resposta, alguma posição ou opinião sobre a forma como os Municípios deveriam participar naquela componente tão importante no programa.

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Agradeceu a intervenção do senhor Vereador Jorge Abrantes. -----
- Afirmou que o Município participou ao nível da CIM, no que são as orientações centrais da proposta, mas que, de alguma forma estaria mais ou menos formatada, em sintonia com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, até porque, o Presidente da CIM faz parte dos órgãos dessa Associação, e pontualmente faz-se uma análise mais profunda dos programas. Em relação à habitação, afirmou que as orientações são muito externas, ou seja, o Governo tem a sua orientação, mas não é fácil discutir aquilo que será a sua estratégia de investimento com os fundos que chegam da resiliência em função daquilo que é imposto, e todos temos consciência das dificuldades que existiram para fazer aprovar o fundo. Disse que a influência do Município é reduzida, já a influência da CIM, quando bem utilizada, não tanto junto do Governo, mas junto da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, por vezes, traz bons resultados. Em relação à Habitação Social, disse que a estratégia local estava definida em termos dos objetivos centrais.

Deu conta que foi presente em Assembleia Municipal e aprovada por unanimidade a Estratégia Local de Habitação. Acrescentou que estamos numa fase final de esclarecimentos com o IRUH em relação a algumas questões colocadas, a fim de se poder formatar uma proposta para avaliação na Câmara. Informou que se pretendia apresentar algumas candidaturas, traçar o rumo e o caminho, procurar em conjunto com as medidas a tomar mediante o património a receber por parte do IRUH, nomeadamente, o Bairro Santa Maria e Bairro da Prageira, a fim de se conseguir ultrapassar uma parte das necessidades que a população tem e integrar tudo na reunião em que se trouxer a referida proposta para avaliar e discutir com toda a honestidade, também sobre os acampamentos de etnia cigana e decidir qual será a estratégia a aplicar. Disse que, naturalmente, o percurso daqueles três anos e meio o tinham amadurecido em termos de pensamento, mas que tinham de ser tomadas as medidas necessárias para resolver os problemas da população. Informou que se tem estado a trabalhar numa candidatura com o propósito de integração e de aproximação das pessoas que vivem nos acampamentos, que conta a parceria da ADEPE, coordenada por uma técnica municipal e envolvimento de três mediadores e que, essa estratégia de integração, tinha que ser cruzada e intercalada, com o propósito de habitação, mesmo que não seja a curto, que seja a médio prazo, porque se aqueles dois propósitos não forem interligados Peniche nunca mais resolverá aquele problema. Referiu que não será certamente o ano mais desejável para fazer aquela discussão, porque tendencionalmente irá ter algumas dificuldades a nível político, mas todos assumirão as suas responsabilidades e fá-lo-ão da forma que entenderem, porque o propósito é continuar com esse objetivo, seja através dos fundos comunitários, ou através do programa Primeiro Direito, e que na sua opinião, a Câmara Municipal não terá que fazer uma proposta e uma candidatura, mas sim começar com uma candidatura e ir executando, ainda que o processo tenha de ser entendido como um todo. -----

Senhor Vereador Jorge Abrantes:

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:------

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1) Reserva Ecológica Nacional Bruta (REN), no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: ------

«Tomar conhecimento e deliberar conforme proposta de despacho da Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, datada de 23 de fevereiro de 2021 sobre a RPDM – REN Bruta e Cadernos de Caracterização.

Ponto 1 – Cadernos de Caracterização

No âmbito do acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Peniche e para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, foram disponibilizados para apreciação da Comissão Consultiva todos os cadernos de caracterização sectorial (em 17 de julho de 2020), bem como o documento contendo a "síntese das análises, diagnóstico e objetivos" e a planta de servidões e restrições por utilidade pública. Dos pareceres emitidos resultaram considerações que foram então tidas em conta e contempladas ou não, considerando decorrerem de imposição legal ou serem meras sugestões por parte das entidades que emitiram parecer (último recebido a 25 de agosto de 2020). Na globalidade os pareceres foram favoráveis condicionados aos ajustes propostos pelas entidades. Foi solicitado aos responsáveis técnicos municipais pela elaboração dos Cadernos de Caracterização, que procedessem às alterações até ao início do mês de fevereiro. No dia 22 de fevereiro de 2021 foram remetidos os elementos ao Coordenador da RPDM para que os mesmos fossem validados. Pelo que se aguarda pronuncia por parte do mesmo. Neste sentido deverá a Exma. Camara deliberar o envio à Entidade dos Cadernos de caracterização.

Ponto 2 – REN Bruta

«No uso da competência própria prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove os projetos de execução das obras de urbanização do loteamento da unidade de execução, nas condições dos pareceres emitidos;

Ao abrigo do artigo 6.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, decida aprovar a minuta do contrato de urbanização, em anexo, e consultar formalmente a outra cooperante da Unidade de Execução sobre a mesma e, posteriormente, submetê-la a discussão pública, juntamente com os cálculos perequativos já aprovados e os projetos do loteamento;

Ao abrigo do previsto no n.º 5 do artigo 7.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação, decida submeter a discussão pública a operação de loteamento municipal respetiva, aprovada pelas deliberações camarárias de 26 de março de 2018, 01 de julho de 2019 e 07 de outubro de 2019,

e respetivas obras de urbanização, após aprovação dos projetos do loteamento e da aprovação e aceitação da minuta do contrato de urbanização;

No uso da competência própria prevista na alínea b) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de julho, com as devidas adaptações, autorize a despesa para a realização da empreitada, no valor de 386 000€ (trezentos e oitenta e seis mil euros), a acrescer do IVA em vigor para empreitadas, após correção orçamental;

No uso da competência própria prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de julho, com as devidas adaptações, e nos termos previstos nos artigos 36.º, 38.º, 40.º a 47.º e 67.º do Código dos Contratos Públicos (CCP):

- a) Decida pela abertura de concurso público para contratação da execução da empreitada, nas condições da presente proposta, com fundamento na alínea b) do artigo 19.º do CCP, na falta de recursos internos para execução desta empreitada e na necessidade de concretização destas obras para instalação do posto territorial da Guarda Nacional Republicana de Peniche, há muito aguardado, conforme se pode ver no histórico da unidade de execução;
- b) Aprove o preço base do concurso de 386 000€ (trezentos e oitenta e seis mil euros), a acrescer do IVA em vigor para empreitadas, fundamentado na consulta preliminar que consta do processo;
- c) Aprove os projetos e restantes peças do procedimento, anexas;
- d) Aprove a minuta do anúncio a publicar no Diário da República, anexa;
- e) Designe o seguinte Júri do procedimento que, conforme previsto no artigo 67.º do CCP, deverá ser composto por número ímpar, com um número mínimo de três membros efetivos (entre os quais deverá ser designado um presidente) e dois suplentes;

Membros efetivos:

- 1.º membro efetivo (e presidente do Júri): Paula Lavado, Arquiteta;
- 2.º membro efetivo (que substituirá o presidente nas suas ausências): Florinda Monteiro, Engenheira;
- 3.º membro efetivo: Pedro Mariano, Engenheiro.

Membros suplentes:

- 1.º membro suplente: Guilherme Pereira, Engenheiro;
- 2.º membro suplente: Nuno Doirado, Engenheiro.
- f) Delegue no júri do procedimento a competência para prestar esclarecimentos aos interessados, conforme permite o n.º 2 do artigo 69.º do CCP.» (Doc.98 DPGU 216.A/OM) -------

- 5) Pedido de licenciamento para alteração de fachada, para o prédio sito na Avenida do Mar, em Peniche, apresentado em nome de Berlengoest, Atividades Marítimo Turísticas, L.da -Pelouro do Planeamento e Urbanismo: ------Deliberação n.º 133/2021: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de fevereiro de 2021, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: ------«Aprovar o projeto de arquitetura e deferir o pedido de licenciamento ao abrigo do disposto n.º 3 do artigo 20.º e n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), apresentado no dia 10 de setembro de 2020, em nome de Berlengoest, Atividades Marítimo Turísticas, L.da, para alteração de fachada, para o prédio sito na Avenida do Mar, localidade de Peniche, conforme proposta de despacho da Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datada de 22 de fevereiro de 2021, nas seguinte condições: Por este imóvel localizar-se na Zona de Proteção das Muralhas, a requerente apresentou junto do projeto o parecer da DGPC (datado de 02 de julho de 2020), com a aprovação condicionada, á colocação de caixilharia de aro fixo e móvel nos vãos. O técnico autor do projeto de arquitetura, deverá apresentar declaração sobre a dispensa de entrega dos projetos das especialidades, antes da apresentação do pedido de emissão do alvará de obras de construção.» (Doc.100 DPGU 830/20) -----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

- 4.1.2 Remoção de Pavimento Betuminoso;
- 4.2 Drenagem;
- 4.3 Construção de Pavimentos;
- 4.4 Equipamentos e
- 10.2 Iluminação Pública

Deve a suspensão ser reportada a 21 de outubro de 2020.» (Doc.107 NIPG 15599/20) ------

- *3.2 Drenagem;*
- 3.3.1 Pavimento em laje de pedra sobre betonilha;
- 3.3.2 Pavimento em Saibro;
- 3.3.3 Degraus em Pedra

Deve a suspensão ser reportada a 31 de agosto de 2020.» (Doc.109 NIPG 15599/20)-----

INTERVENÇÃO SOCIAL:

17) Atribuição de talhões de cultivo da horta comunitária de Peniche para o ano de 2021 — Pelouro da Solidariedade Social:------

Ana Maria Jesus Serra Coelho Andreza Manuel Lemos António Almeida Sequeira António Almeida Sequeira António Augusto Almeida Carriço Admitido António Conceição Silva António Manuel Rodrigues Delgado António Manuel Rodrigues Delgado Carlos José Viola Figueiredo Admitido Felismino Ramos Fernandes Gerné de Aragão Martins Admitido João António Santos Anastácio João António Santos Anastácio Admitido João da Conceição Marques Admitido João da Conceição Marques Admitido João José Almeida Leitão Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Luíra Caria Meca Cordeiro Admitido Luíra Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Rodrigues Gonçalves Admitido Maria Maruela Santos Delgado Admitido Maria Rodritido Maria Rodrigues Gonçalves Admitido Maria Rodritido Maria Rodrigues Gonçalves Admitido Maria Rodritido Maria Rodrigues Gonçalves Admitido Maria Rodritido Maria Rodr		
António Almeida Sequeira António Augusto Almeida Carriço António Conceição Silva António Conceição Silva António Manuel Rodrigues Delgado António Manuel Rodrigues Delgado Admitido Carlos José Viola Figueiredo Admitido Felismino Ramos Fernandes Admitido João António Santos Anastácio Admitido João Carlos Lemos Barata Admitido João da Conceição Marques Admitido João Inácio Louraço Soares Admitido José Almeida Leitão Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Honoieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido	Ana Maria Jesus Serra Coelho	Admitido
António Augusto Almeida Carriço António Conceição Silva António Manuel Rodrigues Delgado Admitido Carlos José Viola Figueiredo Felismino Ramos Fernandes Admitido Gerné de Aragão Martins Admitido João António Santos Anastácio Admitido João Carlos Lemos Barata Admitido João da Conceição Marques Admitido João Inácio Louraço Soares Admitido José Almeida Leitão Admitido José Almeida Correia Admitido José António Ribeiro Correia Admitido Jusé Maria Rodrigues Admitido Lura Caria Meca Cordeiro Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido	Andreza Manuel Lemos	Admitido
António Conceição Silva António Manuel Rodrigues Delgado Carlos José Viola Figueiredo Felismino Ramos Fernandes Gerné de Aragão Martins João António Santos Anastácio João Carlos Lemos Barata João Inácio Louraço Soares Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José Maria Rodrigues Admitido José Maria Lemos Barata Admitido José Maria Conceição Marques Admitido	António Almeida Sequeira	Admitido
António Manuel Rodrigues Delgado Admitido Carlos José Viola Figueiredo Admitido Felismino Ramos Fernandes Admitido Gerné de Aragão Martins Admitido João António Santos Anastácio Admitido João Carlos Lemos Barata Admitido João da Conceição Marques Admitido João Inácio Louraço Soares Admitido João José Almeida Leitão Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José Maria Rodrigues Admitido José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Admitido Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Manuela Santos Delgado Admitido Maria Margarida Rodrigues Gonçalves Admitido Maria Rita Vilar Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes Admitido Sílvio dos Santos Gomes	António Augusto Almeida Carriço	Admitido
Carlos José Viola Figueiredo Felismino Ramos Fernandes Admitido Gerné de Aragão Martins Admitido João António Santos Anastácio Admitido João Carlos Lemos Barata Admitido João da Conceição Marques Admitido João José Almeida Leitão Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Luísa Maria Lemos Barata Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Rita Vilar Admitido Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes	António Conceição Silva	Admitido
Felismino Ramos Fernandes Gerné de Aragão Martins João António Santos Anastácio Admitido João Carlos Lemos Barata Admitido João da Conceição Marques Admitido João Inácio Louraço Soares Admitido João José Almeida Leitão Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Admitido Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Manuela Santos Delgado Admitido Maria Margarida Rodrigues Gonçalves Admitido Maria Rita Vilar Admitido Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes Admitido	António Manuel Rodrigues Delgado	Admitido
Gerné de Aragão Martins João António Santos Anastácio Admitido João Carlos Lemos Barata Admitido João da Conceição Marques Admitido João Inácio Louraço Soares Admitido João José Almeida Leitão Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José Maria Rodrigues Admitido José Maria Rodrigues Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Admitido Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Margarida Rodrigues Gonçalves Admitido Maria Rita Vilar Admitido Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes	Carlos José Viola Figueiredo	Admitido
João António Santos Anastácio João Carlos Lemos Barata Admitido João da Conceição Marques Admitido João Inácio Louraço Soares Admitido João José Almeida Leitão Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Laura Caria Meca Cordeiro Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Maria da Conceição da Silva Rosário Pacheco Maria Fernandes Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Manuela Santos Delgado Maria Rita Vilar Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Sílvio dos Santos Gomes Admitido Admitido Admitido Admitido	Felismino Ramos Fernandes	Admitido
João Carlos Lemos Barata Admitido João da Conceição Marques Admitido João Inácio Louraço Soares Admitido João José Almeida Leitão Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Admitido Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Manuela Santos Delgado Admitido Maria Margarida Rodrigues Gonçalves Admitido Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes	Gerné de Aragão Martins	Admitido
João da Conceição Marques João Inácio Louraço Soares Admitido João José Almeida Leitão Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José António Ribeiro Correia Admitido José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Admitido Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Filomena Duarte Ferreira Alexandre Admitido Maria Manuela Santos Delgado Admitido Maria Rita Vilar Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes Admitido Admitido Admitido Admitido Admitido	João António Santos Anastácio	Admitido
João Inácio Louraço Soares Admitido João José Almeida Leitão Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José António Ribeiro Correia Admitido José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Admitido Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Filomena Duarte Ferreira Alexandre Admitido Maria Manuela Santos Delgado Admitido Maria Margarida Rodrigues Gonçalves Admitido Maria Rita Vilar Admitido Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes	João Carlos Lemos Barata	Admitido
João José Almeida Leitão Admitido José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José António Ribeiro Correia Admitido José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Admitido Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Filomena Duarte Ferreira Alexandre Admitido Maria Manuela Santos Delgado Admitido Maria Margarida Rodrigues Gonçalves Admitido Maria Rita Vilar Admitido Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes Admitido	João da Conceição Marques	Admitido
José Alberto Teixeira Fernandes Admitido José António Ribeiro Correia Admitido José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Admitido Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Filomena Duarte Ferreira Alexandre Admitido Maria Manuela Santos Delgado Admitido Maria Margarida Rodrigues Gonçalves Admitido Maria Rita Vilar Admitido Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes Admitido	João Inácio Louraço Soares	Admitido
José António Ribeiro Correia José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Admitido Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Filomena Duarte Ferreira Alexandre Admitido Maria Manuela Santos Delgado Admitido Maria Rita Vilar Admitido Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes Admitido	João José Almeida Leitão	Admitido
José Maria Rodrigues Admitido Judith Jurema Gomes Admitido Laura Caria Meca Cordeiro Admitido Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Filomena Duarte Ferreira Alexandre Admitido Maria Manuela Santos Delgado Admitido Maria Rita Vilar Admitido Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes Admitido Admitido Admitido Admitido Admitido	José Alberto Teixeira Fernandes	Admitido
Judith Jurema GomesAdmitidoLaura Caria Meca CordeiroAdmitidoLúcia Maria Lemos Barata FernandesAdmitidoLuísa Maria Conceição BarataAdmitidoManuel Oliveira FerreiraAdmitidoMaria Antonieta Coiteiro MateusAdmitidoMaria da Conceição da Silva Rosário PachecoAdmitidoMaria FernandesAdmitidoMaria Filomena Duarte Ferreira AlexandreAdmitidoMaria Manuela Santos DelgadoAdmitidoMaria Margarida Rodrigues GonçalvesAdmitidoMaria Rita VilarAdmitidoNeuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	José António Ribeiro Correia	Admitido
Laura Caria Meca CordeiroAdmitidoLúcia Maria Lemos Barata FernandesAdmitidoLuísa Maria Conceição BarataAdmitidoManuel Oliveira FerreiraAdmitidoMaria Antonieta Coiteiro MateusAdmitidoMaria da Conceição da Silva Rosário PachecoAdmitidoMaria FernandesAdmitidoMaria Filomena Duarte Ferreira AlexandreAdmitidoMaria Manuela Santos DelgadoAdmitidoMaria Margarida Rodrigues GonçalvesAdmitidoMaria Rita VilarAdmitidoNeuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	José Maria Rodrigues	Admitido
Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes Admitido Luísa Maria Conceição Barata Admitido Manuel Oliveira Ferreira Admitido Maria Antonieta Coiteiro Mateus Admitido Maria da Conceição da Silva Rosário Pacheco Admitido Maria Fernandes Admitido Maria Filomena Duarte Ferreira Alexandre Admitido Maria Manuela Santos Delgado Admitido Maria Margarida Rodrigues Gonçalves Admitido Maria Rita Vilar Admitido Neuza Lurdes Ferreira Alexandre Admitido Rui Braz Admitido Sílvio dos Santos Gomes Admitido	Judith Jurema Gomes	Admitido
Luísa Maria Conceição BarataAdmitidoManuel Oliveira FerreiraAdmitidoMaria Antonieta Coiteiro MateusAdmitidoMaria da Conceição da Silva Rosário PachecoAdmitidoMaria FernandesAdmitidoMaria Filomena Duarte Ferreira AlexandreAdmitidoMaria Manuela Santos DelgadoAdmitidoMaria Margarida Rodrigues GonçalvesAdmitidoMaria Rita VilarAdmitidoNeuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	Laura Caria Meca Cordeiro	Admitido
Manuel Oliveira FerreiraAdmitidoMaria Antonieta Coiteiro MateusAdmitidoMaria da Conceição da Silva Rosário PachecoAdmitidoMaria FernandesAdmitidoMaria Filomena Duarte Ferreira AlexandreAdmitidoMaria Manuela Santos DelgadoAdmitidoMaria Margarida Rodrigues GonçalvesAdmitidoMaria Rita VilarAdmitidoNeuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes	Admitido
Maria Antonieta Coiteiro MateusAdmitidoMaria da Conceição da Silva Rosário PachecoAdmitidoMaria FernandesAdmitidoMaria Filomena Duarte Ferreira AlexandreAdmitidoMaria Manuela Santos DelgadoAdmitidoMaria Margarida Rodrigues GonçalvesAdmitidoMaria Rita VilarAdmitidoNeuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	Luísa Maria Conceição Barata	Admitido
Maria da Conceição da Silva Rosário PachecoAdmitidoMaria FernandesAdmitidoMaria Filomena Duarte Ferreira AlexandreAdmitidoMaria Manuela Santos DelgadoAdmitidoMaria Margarida Rodrigues GonçalvesAdmitidoMaria Rita VilarAdmitidoNeuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	Manuel Oliveira Ferreira	Admitido
Maria FernandesAdmitidoMaria Filomena Duarte Ferreira AlexandreAdmitidoMaria Manuela Santos DelgadoAdmitidoMaria Margarida Rodrigues GonçalvesAdmitidoMaria Rita VilarAdmitidoNeuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	Maria Antonieta Coiteiro Mateus	Admitido
Maria Filomena Duarte Ferreira AlexandreAdmitidoMaria Manuela Santos DelgadoAdmitidoMaria Margarida Rodrigues GonçalvesAdmitidoMaria Rita VilarAdmitidoNeuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	Maria da Conceição da Silva Rosário Pacheco	Admitido
Maria Manuela Santos DelgadoAdmitidoMaria Margarida Rodrigues GonçalvesAdmitidoMaria Rita VilarAdmitidoNeuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	Maria Fernandes	Admitido
Maria Margarida Rodrigues GonçalvesAdmitidoMaria Rita VilarAdmitidoNeuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	Maria Filomena Duarte Ferreira Alexandre	Admitido
Maria Rita VilarAdmitidoNeuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	Maria Manuela Santos Delgado	Admitido
Neuza Lurdes Ferreira AlexandreAdmitidoRui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	Maria Margarida Rodrigues Gonçalves	Admitido
Rui BrazAdmitidoSílvio dos Santos GomesAdmitido	Maria Rita Vilar	Admitido
Sílvio dos Santos Gomes Admitido	Neuza Lurdes Ferreira Alexandre	Admitido
	Rui Braz	Admitido
Sultuane Sulemane Admitido	Sílvio dos Santos Gomes	Admitido
	Sultuane Sulemane	Admitido

(Doc.111 NIPG 1306/21) ------

Candidatos	Resultado
Duarte António Pereira de Barros	Admitido
João Manuel Gonçalves Vitorino	Admitido
Manuel Paraíso Pereira	Admitido

(Doc.112 NIPG 1319/21) -----

19) Definição do valor da renda, relativa ao fogo sito no Bairro do Calvário, n.º 29, em Peniche – Pelouro da Solidariedade Social:------

Deliberação n.º <u>147/2021</u>: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de fevereiro de 2021, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: ------

EDUCAÇÃO:

PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

21) Arrendamento de um imóvel, destinado a comércio, sito no Parque Municipal de Campismo e Caravanismo – Pelouro da Administração Geral:-----

22) Alienação de uma parcela de terreno, sita no Beco de São José, em Peniche – Pelouro da Administração Geral: ------

Nas reuniões realizadas nos dias 06 de março de 2013 e 16 de agosto de 2016, respetivamente, foram tomadas as deliberações, que a seguir se transcrevem:

- 1) Considerando que o terreno pretendido se encontra arrendado para fins agrícolas, uso que não lhe está a ser dado, encarregar o Gabinete Jurídico de preparar o processo de denúncia do contrato de arrendamento existente entre o Município de Peniche e a senhora D. Ivone d'Ajuda Rodrigues. 2) Encarregar o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística de proceder à avaliação da parcela de terreno, para que a Câmara possa apresentar uma proposta de preço ao requerente, e de indicar qual o melhor procedimento para que a parcela de terreno seja desanexada do prédio de que faz parte e passe a constituir um prédio autónomo.
- 3) Informar o requerente de que a Câmara está disponível para vender a parcela de terreno pretendida, após a formalização da denúncia do contrato de arrendamento, sendo-lhe oportunamente apresentada uma proposta de preço."

 E.
- "Deliberado aprovar os pressupostos e o resultado da avaliação imobiliária do terreno sito no, Beco de São José, Bairro de Santa Ana, em Peniche, constantes do relatório de avaliação imobiliária apresentado pelo avaliador externo, datado de 06 de outubro de 2015, e mandatar o senhor Presidente da Câmara para prosseguir as negociações com o requerente com vista à alienação do terreno em causa, para os efeitos da competência estabelecida na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo valor de 19 000,00 euros." E que:

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS:

 de Peniche deliberou que se procedesse à abertura do procedimento para aquisição de duas viaturas.

Neste sentido, foram convidadas a apresentar proposta as empresas que celebraram contrato ao abrigo do acordo quadro n.º 4/2020 CC-Oeste.

O júri, em 18 de fevereiro de 2021, elaborou o relatório preliminar de análise e avaliação das propostas, onde, nomeadamente, propôs a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação. No dia 19 de fevereiro de 2021, os concorrentes foram chamados a pronunciar-se, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o teor e conclusões do relatório preliminar.

Decorrido o prazo de 3 dias úteis, nenhum dos concorrentes se pronunciou.

Em 25 de fevereiro de 2021, o júri, elaborou o relatório final, e decidiu manter o teor e conclusões do relatório preliminar.

Assim, nos termos do n.º 4 do artigo 124.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) cabe à Câmara Municipal:

- 1. Admitir as propostas apresentadas pelos concorrentes MAN Truck & Bus Portugal Sociedade Unipessoal, L.^{da} e Auto-Sueco Portugal Veículos Pesados, S.A.
- 2. Adjudicar a proposta apresentada pelo concorrente MAN Truck & Bus Portugal Sociedade Unipessoal, L^{da} pelo preço contratual de 230.700,00 \in (duzentos e trinta mil e setenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 3. Aprovar a minuta do contrato, em anexo, nos termos do artigo 98.º do CCP.» (Doc.115 NIPG 19296/20)-----

APOIOS DIVERSOS:

11980/20)
DIVERSOS:
26) <i>AGEO – Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 - Pelouro da Cultura:</i> Deliberação n.º 154/2021: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação n.º 358/2021, do Setor da Cultura, datada de 23 e fevereiro de 2021, relativa à AGEO - Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021. (NIPG 2833/21)
APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:
Deliberação n.º <u>155/2021</u> : Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro
ENCERRAMENTO:
Sendo dezasseis horas e trinta e cinco minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, <i>Marina Viola</i> , Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo
APROVAÇÃO:
A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 12 de abril de 2021, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963
O Presidente da Câmara Municipal,
(assinado no original)
A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,
(assinado no original)